

**NOVOS HORIZONTES DO BRASIL
NA QUARTA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade
MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente
EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN
CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN
IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO
PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

MARCIO POCHMANN

*Novos horizontes do Brasil
na quarta transformação
estrutural*

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
BIBLIOTECÁRIA: MARIA LÚCIA NERY DUTRA DE CASTRO – CRB-8^a / 1724

P75n

Pochmann, Marcio

Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural / Marcio Pochmann. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2022.

1. Economia – Brasil. 2. Economia – História – Sec. XIX. 3. Inovações tecnológicas – Brasil. I. Título.

CDD – 330.981

– 330.9

– 337.10981

ISBN 978-85-268-1563-6

Copyright © Marcio Pochmann
Copyright © 2022 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste livro são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

A história é a versão dos eventos passados sobre os quais as pessoas decidiram concordar.
Napoleão Bonaparte

*Tudo o que é fixo é ilusão.
Nada é permanente, exceto a mudança.
Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio.*
Heráclito de Éfeso

*O futuro, tal como o passado, atrai os homens de hoje,
que procuram as suas raízes e a sua identidade.*
Jacques Le Goff

*Sob o aspecto social, racial, regional e cultural, entre outros, continua em aberto a questão nacional. Em perspectiva ampla, a história do Brasil pode ser vista como a de uma nação em processo, à procura da sua fisionomia.
É como se estivesse espalhada no espaço, dispersa no tempo, buscando conformar-se ao nome, encontrar-se com a própria imagem, transformar-se em conceito.*
Octavio Ianni

Compreender não é reconhecer um sentido invariante, mas apreender a singularidade de uma forma que só existe num contexto particular.
Pierre Bourdieu

SÉRIE

DISCUTINDO O BRASIL E O MUNDO

[inserir texto de apresentação da série]

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Praesent imperdiet ex eu tellus egestas, ut rutrum tortor varius. Integer nisl dui, faucibus et ligula in, mattis laoreet metus. Phasellus convallis diam aliquet ultrices fermentum. Maecenas ornare aliquam congue. Pellentesque ac nulla volutpat, fringilla diam sed, mollis purus. Nunc maximus urna vel congue ornare. Nam vestibulum augue sit amet gravida faucibus. Morbi at ex vitae purus aliquam ullamcorper. Maecenas placerat malesuada commodo. Donec ornare consectetur sagittis. Nunc in vulputate tellus, id aliquet ligula. Pellentesque lobortis erat in nibh scelerisque, vitae laoreet nulla tempus. Pellentesque gravida iaculis orci nec convallis.

Vivamus id finibus dui, sit amet vehicula dolor. Nulla pulvinar odio a dapibus sagittis. Etiam ut vehicula lacus. Fusce in diam sit amet purus vulputate imperdiet et vitae magna. Class aptent taciti sociosqu ad litora torquent per conubia nostra, per inceptos himenaeos. Donec ut neque at nunc accumsan tempus et vitae sem. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Maecenas et finibus purus. Donec semper nibh at hendrerit hendrerit. Donec imperdiet nunc sed quam tristique, sit amet vulputate elit dapibus. Maecenas sit amet ex vel enim volutpat rhoncus.

SUMÁRIO

Apresentação: Cegos no labirinto do país em transformação	11
1. Processos de transformação no Brasil	15
<i>A constituição do “povo da mercadoria” e o fim do mundo ameríndio</i>	22
<i>As especificidades das grandes transformações estruturais no Brasil pós-colonial</i>	32
<i>Considerações finais</i>	38
2. Fundação da nação	43
<i>Contexto externo da mudança de época no Brasil</i>	46
<i>Herança colonial na formação nacional</i>	50
<i>Sentido da fundação da nação</i>	56
<i>Considerações finais</i>	65
3. Capitalismo periférico	69
<i>Panorama internacional do capitalismo entre os séculos XIX e XX</i>	75
<i>Gradual e longeva internalização do Brasil na periferia do capitalismo mundial</i>	81
<i>Singularidades da sociedade de classes no capitalismo nascente</i>	86
<i>Considerações finais</i>	92
4. Sociedade urbana e industrial	97
<i>Reconfiguração do centro dinâmico e reposicionamento do Brasil</i>	102
<i>Modernização capitalista conservadora na sociedade urbana e industrial</i>	109
<i>Limites da cidadania regulada pelo trabalho assalariado</i>	115
<i>Considerações finais</i>	121

5. Era digital	127
<i>Cenário global no primeiro quarto do século XXI</i>	131
<i>Emergência dos novos sujeitos em face da ruína da sociedade industrial</i>	138
<i>Inédita frente de fontes da riqueza sustentável</i>	145
<i>Considerações finais</i>	149
Referências bibliográficas	157

APRESENTAÇÃO

CEGOS NO LABIRINTO DO PAÍS EM TRANSFORMAÇÃO

A história da presença humana no território denominado Brasil nos últimos dois séculos tem sido acompanhada por acontecimentos, informações, registros, dados e interpretações que possibilitam avançar cada vez mais na compreensão de sua trajetória pregressa. O recorrente aprendizado gerado por diversas contribuições pertencentes a distintas áreas do conhecimento permite que a história seja constantemente consultada, oferecendo a construção de novos saberes e abordagens acerca do passado e de suas heranças no presente, bem como de suas consequências nos destinos da nação.

Isso parece ser inegável, sobretudo nos momentos de mudança de época histórica, como o atualmente em curso no Brasil. Ao ser movido por grandes transformações estruturais, o sentido que dá rumo ao presente sofre alterações substanciais, nem sempre percebidas em sua totalidade pelas diferentes gerações que vivem a época em transformação.

Nesse sentido, o novo tempo seria, muitas vezes, o desconhecido; a descontinuidade a diferenciar-se da linearidade do presente a reproduzir a continuidade do passado.

Em síntese, o reconhecimento de que a transformação estrutural se materializa na efetivação do horizonte de expectativas, pois é capaz de mover a sociedade ou parte dela do cotidiano presente e das memórias acumuladas das experiências passadas.

Ao contrário da visão difundida no Brasil, cujo presente seria uma espécie de reprodução do passado sem rupturas, uma espécie de linearidades repetitivas de acontecimentos, este livro desenvolve outra perspectiva de abordagem, partindo do entendimento de que a trajetória do Brasil pós-colonial deve ser compreendida a partir das grandes mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais de um povo em formação e em busca de sua própria dignidade.

As preocupações com o horizonte de expectativas atualmente abertas a um país prisioneiro das emergências do curtoprazismo condicionam a revisitação do passado relevante acerca de suas principais rupturas históricas. Ao seguir confinada no seu presentismo, como cegos no labirinto, a nação se desconecta do seu passado, afastando-se da necessária disputa do sentido geral imposto pela quarta grande transformação estrutural no Brasil pós-colonial.

Por isso, a proposta deste livro se constitui num olhar renovado que atualize a compreensão do tempo histórico das grandes transformações estruturais ocorridas no Brasil. Assim, as questões do presente, movidas atualmente pela globalização, apresentam o limite de possibilidades oriundas da modernização ocidental.

O renascimento da Eurásia, o avanço na era digital e a aceleração do Antropoceno impõem um novo olhar sobre o passado a partir de outra perspectiva para o Brasil: a das grandes transformações estruturais do período pós-colonial. O presente ensaio parte da escolha metodológica que considera as grandes transformações que marcam o Brasil nos seus dois últimos séculos.

Por grandes transformações entende-se a temporalidade pela qual as estruturas que suportam a nação sofrem descontinuidade histórica, o que torna o cotidiano cada vez mais destoante da trajetória de experiência pregressa. A mudança de época, assim, reconfigura os símbolos culturais, o modelo de comportamento, as organizações sociais e os sistemas de valores.

Isso não significa, necessariamente, a positividade da sucessão de cenário superior ao existente, até então. De todo o modo, as grandes transformações impactam as gerações presentes e as que se sucederiam ao longo do tempo. Por conta disso, dependendo da movimentação geral e de seu ritmo, os resultados podem ser mais bem percebidos, muitas vezes, quando o futuro se manifesta na realidade do presente.

Com perspectiva teórica estruturalista, o presente ensaio sobre as grandes transformações estruturais do Brasil pós-colonial acompanha a perspectiva teórica da contradição, da tensão e do conflito. Pela recuperação histórica tornou-se possível encontrar elementos de compreensão a respeito das mudanças de época vividas pela nação, percebidas justamente quando a perspectiva de futuro se impôs sobre o presente do passado.

Assim, o horizonte de expectativas em cada determinado período histórico tende a antecipar como se apresenta o futuro possível de uma nação. Por se tratar de processos coletivos, a ampla movimentação da ação humana jamais deveria ser simplificada em personalidades e acontecimentos isolados.

Ao negar que a trajetória pregressa nacional seria uma mera reprodução dos destinos já traçados, concebidos de cima para baixo, entende-se a existência de uma grande transformação na sociedade quando o novo horizonte de expectativas se impõe sobre a realidade do presente. Para tanto, é preciso atenção diante do permanente risco de cometer anacronismo no tratamento da história.

Busca-se contemplar, em cada processo de grande transformação no Brasil pós-colonial, protagonistas cujo curso das ações foi realizado sem o prévio conhecimento do seu desfecho. Ao mesmo tempo, destaca-se que o reatamento dos laços com o passado na perspectiva da grande transformação implica reconhecer a simultaneidade possível da ruptura nas estruturas da sociedade com a continuidade no plano dos acontecimentos do cotidiano enquanto embate de forças sociais.¹

Assim, pretende-se superar tanto as interpretações dualistas como as análises lineares da história brasileira, buscando articular o contexto internacional com os movimentos internos da economia, da sociedade e da política, próprios de uma complexa sociedade de classes. Com o fundamento no conflito, a grande transformação não se encaixa na dimensão progressiva ou evolucionista do processo de modernização de uma sociedade atrasada, protagonizada por seus setores dominantes.

Da mesma forma, busca-se a diferenciação relacionada à centralidade das abordagens em torno da formação nacional tão bem desenvolvidas por importantíssima parcela dos intérpretes do Brasil.² Avanços e retrocessos compatíveis com as ideias de formação/construção e deformação/desconstrução seriam perfeitamente constitutivos de processos históricos contraditórios presentes nas grandes transformações que marcam o Brasil.

Por isso, o interesse em articular a totalidade na história, tratando de considerar tanto os que se apropriam das mudanças estruturais quanto os que seriam por elas beneficiados ou prejudicados. Da mesma forma que a história se abre ou se fecha em conformidade com a ação humana, as grandes transformações estruturais transcorrem porque a perspectiva de futuro se impõe em cada período determinado.

Para tanto, enfatiza-se a centralidade de superação dos circuitos opacos que interditam a compreensão da mudança de época a partir das condições objetivas que permitiram a ela ocorrer, uma vez que “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre”.³ Trata-se de um convite à mobilização de esforços no sentido geral de oferecer um programa de estudos acerca da realidade brasileira transformada profundamente, começando pela fundação da nação, pelo ingresso no capitalismo periférico e pela passagem para a sociedade urbana e industrial.

Nesse primeiro quarto do século XXI, constata-se o movimento em torno da nova mudança de época. Por considerar que a atualidade faz parte de um processo maior de alteração de rumo na trajetória do Brasil pós-colonial, trata-se também de explicitar o entendimento acerca dos novos horizontes que se abrem em pleno curso da grande transformação estrutural.

Com esse objetivo, apresentam-se, inicialmente, os principais processos de transformação nacional. Na sequência, faz-se uma reflexão sintética sobre os traços marcantes em cada uma das grandiosas mudanças de épocas constitutivas do Brasil, após mais de três séculos de submissão colonial, praticamente sem horizonte de transformação estrutural.

Na parte final, a referência é feita à atualidade do tempo histórico, considerando o curso da quarta grande transformação estrutural do Brasil pós-colonial. Assim, espera-se contribuir para o combate necessário à superficialidade atual do debate nacional, sobretudo ao deserto de ideias que cegam o país, colocando-o no labirinto de caminhos sem saídas, de modo a escapar da repetição do passado gerada pelo cancelamento do futuro. Boa leitura.

NOTAS

¹ Baudelaire, 1996; Berman, 1986; P. Anderson, 1984.

² Freyre, 1997; Prado Jr., 2008; Furtado, 1977; Ribeiro, 1995; Cândido, 2014; Holanda, 1995.

³ Fernandes, 1979, p. 5.

PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL

O Brasil tal como se conhece atualmente guarda traços originalmente constitutivos associados ao movimento geral de modernidade ocidental posto em marcha a partir do final do século XV, quando as antigas rotas de interligação comercial pelo Mediterrâneo com a Ásia foram interrompidas. Embora esteja mais vinculada ao Setecentismo, com o avanço do Iluminismo e as Revoluções Francesa e Industrial Inglesa, a modernidade encontrada na racionalidade estava presente nos movimentos do Renascimento e da concepção humanista entre os séculos XIV e XVI, com as grandes navegações europeias.

Dessa forma, o movimento geral de modernidade ocidental foi se afirmando a partir da Europa como ponto de partida em direção aos diferentes continentes que o reproduziram sem ser de forma homogênea, tampouco espontânea. Na condição de “missionários”, os diversos impérios europeus assumiram a função de difusores da nova civilização fundada na produção e na distribuição de mercadorias.

Toda vez que havia resistência, a violência se fazia presente, concomitante com a ascensão do conhecimento científico. Mas foi com a Reforma protestante (1517) que a relação entre tradição e religião foi abalada, abrindo caminho para a racionalização da Idade Moderna, com a centralidade humana e o desencanto do mundo.

Na visão de Hegel:

A história universal vai do Oriente para o Ocidente. A história universal representa... o desenvolvimento (que) implica uma série de fases, uma série de determinações da liberdade... ao se tornar consciência de si. A Europa é absolutamente o centro e o fim da história universal. A Ásia é o começo.¹

Da mesma forma, Habermas destaca que “os acontecimentos históricos-chave para a implantação do princípio da subjetividade são a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa”.²

A modernidade ocidental vista como emancipadora racional teve o seu primeiro momento irradior fora da Europa a partir de 1492, quando o eurocentrismo se afirmou como razão dominadora, vitimária e violenta sobre o continente americano. Tratou-se da primeira experiência de constituição de algo diferente da realidade até então existente, estabelecendo, pela conquista e pela guerra, o controle e o domínio de uma periferia construída a partir do centro.

Desde então, a modernidade também pode ser vista como mito perseguido, pois compreenderia a presença da cultura superior, civilizatória e desenvolvida de parte do centro europeu diante de culturas inferiores, bárbaras e subdesenvolvidas. Assim, a condição de atraso diante do moderno terminou permitindo transformar os povos originários de vítimas em culpados, cuja dor e cuja imolação constituem passos necessários do acesso à modernização ocidental.³

De toda forma, a origem disso se encontra na queda de Constantinopla, em 1453, que terminou estimulando as bases materiais para o primeiro ciclo sistêmico de acumulação, que se constituiu pela combinação do capital genovês com os impérios Português e Espanhol. Para tanto, a matriz da guerra assumiu parte importante, concomitante com avanço tecnológico, sistema de moedas e criação de uma nova rede mundial de comércio superior às antigas rotas da seda.

O sentido geral da modernidade trazida desde a Europa se fez como nova realidade, impondo-se através do uso da força bruta, quando não aceito passivamente pelas mais diversas civilizações existentes na época – como nos casos dos antigos impérios na Ásia (Hindus, Majapahit na Indonésia, Chinês e outros), na América (Mexica, Tarasco, Maia, Inca, Chimú e outros) e na África (Mandinka, Congo, Songhai, Oyo Yorubá e outros).⁴

Em associação com a força original dos impérios Português e Espanhol, o impulso do capital coincidiu com avanços tecnológicos consideráveis em materiais e instrumentos de navegação (cartografia a mapear costas marítimas, bússola, astrolábio, entre outros) para superar a situação de atraso e inferioridade em relação aos povos de outros continentes. Com o objetivo inicial de restabelecer as trocas comerciais entre a Europa e a Ásia, o desenvolvimento

naval potencializou o grande salto europeu através das grandes navegações exploratórias do oceano Atlântico.

Dessa forma, diversos reinos europeus foram se tornando potências marítimas (holandeses, ingleses, franceses e outros), superando as técnicas de navegação e construção naval que até então eram de domínio do antigo Império do Meio (China). No início do século XV, por exemplo, a China chegou a contar com a estimativa de frota marítima superior a 200 navios e quase 30 mil tripulantes, que percorriam o Sudeste Asiático e o oceano Índico.

A retomada do comércio da Europa com a Ásia pelo oceano Atlântico no final do século XV, pelo êxito do navegador português Vasco da Gama (1498), abriu espaço para a criação do “mundo novo”, instalado no continente americano pela invasão ocidental. O primeiro registro de presença europeia na América⁵ pertence aos *vikings*, que, liderados pelo explorador Leif Eriksson, alcançaram o que é hoje o Canadá, porém sem sucesso na exploração ocidental continuada, embora também existam hipóteses da presença chinesa durante o seu domínio dos mares.⁶

Com a chegada do navegador genovês Cristóvão Colombo, financiado pela Coroa espanhola, à ilha de Guanahani, nas Antilhas (atualmente San Salvador), em 1492, iniciaram-se a ocupação do continente americano e a sua incorporação ao horizonte geográfico ocidental (oeste da Ecuména, a área habitável da Terra), até então constituído por Europa, África e Ásia.⁷ O êxito da conquista e da exploração ocidental no novo continente fortaleceu o agrupamento social constituído por comerciantes, banqueiros e aventureiros, que havia reunido capitais em luta contra o antigo sistema feudal europeu, já em decomposição.

Nesse sentido, a exploração das terras na América portuguesa nascia relativamente moderna, fruto da formação da primeira economia do mundo a integrar crescentemente os mais distintos subsistemas pertencentes à longeva era agrária. Integrava-se, assim, inicialmente, ao sistema mercantilista colonial europeu, que se converteu na primeira cadeia global de valor a explorar o extrativismo, conectando, simultaneamente, três grandes continentes.

De um lado, o trabalho extraído do continente africano pela escravidão serviu, por mais de três séculos, de base humana fundamental para a expansão do sistema *plantation* colonial avançado no continente americano.⁸ De outro, as originárias formação e expansão das grandes empresas de produção e comércio operaram em benefício do continente europeu.

Na forma da acumulação primitiva, a colonização portuguesa atendia, em primeiro lugar, às outras nações por relações comerciais desiguais, pela apropriação de renda através da derrama tributária e pela pilhagem da riqueza natural. Tanto assim que o êxito do sistema colonial permitiu o fortalecimento das frentes sociais antifeudais constituísse a base de transição para o capitalismo nas diferentes experiências nacionais europeias de ascensão burguesa.

Concomitante com os acontecimentos que marcaram o processo de modernidade europeia, como o Renascimento e o Iluminismo, a ocidentalização da América portuguesa acompanhou as consequências dos movimentos vinculados à Reforma protestante (1517), ao nascimento do sistema interestatal que resultou da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e às Revoluções Industrial Inglesa (1780) e Francesa (1789). Na perspectiva da modernização ocidental, a colonização portuguesa já se fazia moderna por ser instituída simultaneamente integrada ao novo mundo da forma mercadoria, ainda em construção numa Europa atrasada pelas marcas do passado feudal.

A geração forçada do excedente econômico, com a produção crescendo acima do nível de subsistência da população, consagrou o progresso resultante do processo de acumulação de capital. Diante disso, as críticas ao progresso ocidental se estabeleceram identificando-o, em geral, como ideologia central dos vencedores a serviço da legitimação do curso de exploração do capitalismo comercial (mercantilismo) e industrial.

Mesmo não sendo espontaneamente o elemento da libertação humana, o progresso assumiu a condição de antídoto contra a desesperança, estimulando os desejos de ascensão consumista enquanto crença da elevação do padrão de bem-estar e de incorporação, mais à frente, das massas à cultura da abundância. Mas no seu trajeto prevaleceram, em geral, a divisão, a exclusão e a discriminação, acompanhadas por ruínas decorrentes de sua dramática relação do presente com o passado, embora com os olhos sempre voltados ao futuro.⁹

Entre as promessas de modernidade e a inércia das tradições, constatou-se que o modernismo ocidental não correspondeu, necessariamente, à modernização socioeconómica, sendo as elites as principais beneficiadas ao longo do tempo. Na forma mimética de um eco tardio trazida pelos colonizados pertencentes às nações europeias atrasadas, a imposição do modelo importado de modernidade ocidental reproduziu deficiências profundas.¹⁰

Por outro lado, destaca-se o questionamento à visão propagada pelo colonizador de que os povos indígenas eram inferiores pelo primitivismo e pela inaptidão à civilização europeia. Por serem autóctones e mais avançados, cultural e economicamente, se comparados ao colonizador, os povos indígenas foram desde logo oprimidos, expostos ao desaparecimento progressivo pelo genocídio ou pela mestiçagem.

Os traços coletivistas acrescidos da propriedade coletiva da cultura indígena se opunham à lógica individual e egoística da acumulação destrutiva da natureza imposta pela modernidade europeia, responsável pelo atraso relativo das populações restantes após três séculos de funcionamento do sistema colonial. O “modernismo” da cultura dos povos originários com a “modernidade” da estrutura econômica coletivista seria uma espécie de antecipação da moderna utopia socialista, enquanto fase superior do modo de produção capitalista.¹¹

Sem instituições e sem regras prévias à exploração mercantil, a colonização da América portuguesa foi, por mais de 300 anos, o expansionismo feitor a funcionar no ritmo do entreposto comercial a serviço de mercadores metropolitanos. Pelo sentido da colonização, as capitania hereditárias atendiam ao gerenciamento do comércio, com mercadores dispostos à taxação na exploração da natureza, e com mercados, armazéns, alfândegas e navegação operados por grandes empresas a serviço da Coroa portuguesa.

Com a crise do sistema colonial, as guerras de independência no continente americano na virada do século XVIII para o XIX constituem significativa mudança de época ao abrir caminho para a transição mercantil ao capitalismo que já se encontrava em curso na Europa. Mesmo questionando o passado de exploração colonial, a criação do Estado soberano não retoma o modelo de vida pré-colombiano pertencente aos povos nativos.

Apesar da ruptura relacionada ao colonialismo, a independência nacional apontou para a continuidade da integração ocidental. Conduzida, em geral, por elites formadas anteriormente pela metrópole, a criação da nação foi exposta à encruzilhada dos extremos entre a barbárie associada ao passado ameríndio e a civilização vinculada à modernidade europeia, sobretudo liderada pela centralidade hegemônica da Inglaterra.

Pela consolidação do modo de acumulação capitalista, o agrarismo terminou sendo ultrapassado pela nova sociedade urbana e industrial. Ao longo do século XX, a centralidade hegemônica estadunidense difunde o estilo

do *American way of life*, reafirmando a modernidade ocidental cada vez mais integrada ao antigo “novo mundo”.

Dado esse ponto de partida histórico, os grandes processos de transformação no Brasil se caracterizam por buscar, invariavelmente, a superação do passado com a conservação da modernização ocidental. Ao contrário da tradicional ruptura histórica, a mudança de época transcorreu, em geral, demarcada por mudanças relativamente lentas, o que dificulta, muitas vezes, a separação entre a experiência do cotidiano vivido pela população e o horizonte de expectativas distintas para o futuro.

Disso resulta a percepção, muitas vezes equivocada, de que se trataria de uma sociedade congelada ao longo do tempo. Acontecimentos históricos de transformação no Brasil têm sido registrados como quase imperceptíveis, enquanto a interrupção, a um só golpe, tem sido registrada como praticamente inexistente no passado, o que faz transparecer que transformações ocorrem na ausência de participação popular e sem aceleração profunda do tempo futuro.

Inegáveis, os movimentos contrassistêmicos foram fundamentais para que as transformações viessem a ocorrer. Mas, diante de mudanças que se traduziram por sua lentidão no tempo, consagraram a possibilidade da complacência, quando não a própria atualização das instituições e posições sociais perturbadas pelas grandes transformações históricas.

Nesse sentido, o conservadorismo parece se expor diante do ataque expresso pelos movimentos emanados tanto de reacionários como de revolucionários. Os primeiros questionam o que poderia transparecer de acomodação, identificando-se a uma espécie de sebastianismo em defesa da ideia de possível retorno ao passado glorioso.

No caso dos revolucionários, o sentido da gestão da mudança apontaria a força do conservadorismo, desmotivando a superação do passado atormentador diante da possibilidade da redenção do futuro. A percepção do conservadorismo inscreve-se na perspectiva da manutenção da trajetória da modernidade ocidental, que, sem rupturas explícitas, tenderia a viabilizar, pela prudência, uma falsa normalidade no interior da transformação.

A manifestação de alianças pragmáticas no campo da política desanuviaria a clássica distinção de polaridade de uns contra os outros. Isso permitiu que o conservadorismo se separasse do reacionarismo, demarcando aos revolucionários o ponto de não mais retorno à velha ordem.